

RIO DE JANEIRO, 14 DE JUNHO DE 1976

União de civis e militares para a solução democrática

BRASÍLIA — “Não há possibilidade de normalização político-institucional, no Brasil, enquanto não forem superados os obstáculos que ainda impedem a perfeita integração das Forças Armadas com a chamada classe política brasileira. Essa integração é necessária à estabilidade das instituições e ao futuro do País”, foi o que afirmou o senador Paulo Guerra (Arena-PE).

— A Arena só poderá iniciar um trabalho de efetiva conquista de Poder no dia em que os políticos identificados com a obra Revolucionária adquirirem a confiança dos militares, superando aqueles as reservas e restrições que guardam a esse convívio, e estes, as desconfianças e suspeições que ainda têm em relação aos homens públicos do País, acrescentou.

SOLUÇÃO

— Acredita Paulo Guerra que essa constitui a saída real para o drama político brasileiro, aquela providência elementar que deve preceder qualquer iniciativa destinada a implantar um regime constitucional.

— Clementada essa aliança, poderemos partir para projetar as linhas de um regime democrático que compatibilize a permanência histórica da Revolução com os ideais liberais da maioria do País — acrescentou.

O ex-governador pernambucano lembra as vantagens dessa integração, observando que os militares teriam, como contrapartida, o apoio popular através da adesão dos políticos. O povo brasileiro, ao contrário do que julgam alguns, compreende o papel desempenhado pelos militares na segurança do País e admira o seu trabalho.

— O grande obstáculo à integração — disse — continua a ser o clima de reservas e desconfianças mútuas. Além disso, os militares costumam subestimar os resultados de uma participação efetiva dos políticos no processo de condução da vida nacional, ainda marcados pelas decepções que sofreram ao longo do império da Carta de 1946, quando o País foi abalado por uma sucessão interminável de crises.

Ajuntou Paulo Guerra que a estabilidade política e institucional constitui uma verdadeira obsessão para as Forças Armadas. “preocupadas com a destinação histórica do País e desejosas de que os audaciosos planos de expansão econômica se concretizem dentro de um clima de paz e de tranquilidade”.

Essa reserva, essa desconfiança, as barreiras, enfim, que se erguem para impedir a perfeita aliança entre políticos e militares, tornam estéril,

para o senador pernambucano, a discussão que se processa no âmbito do Congresso, vale dizer, da classe política, em torno dos possíveis modelos de institucionalização do País.

Admite o senador que só o presidente da República, na atual conjuntura nacional, reúne as condições necessárias — só ele tem autoridade — para exercer o papel de coordenador de um trabalho dessa natureza, destinado a cumprir a missão de aglutinar todas as forças vivas do País, em torno de um projeto nacional.

Paulo Guerra lembrou recente pronunciamento do presidente da República, feito para uma turma de estagiários da Escola Superior de Guerra, quando o chefe do Governo advertiu que a Segurança Nacional não se deve constituir em responsabilidade exclusiva dos militares, mesmo porque transcende o seu âmbito, para se transformar em tarefa de todos os brasileiros.

SISTEMA POLÍTICO

Ao se referir à marginalização dos políticos, nos últimos anos, registra Paulo Guerra uma faceta singular da conjuntura brasileira que costuma provocar o espanto de estudiosos e analistas de nosso País e do exterior. Observa que, decorridos mais de 12 anos, a Revolução de 1964, “cujo saldo positivo é inestimável”, não conseguiu montar a sua própria estrutura política.”

Lembrou que, em nenhuma época, em nenhuma parte do mundo, não há registro de um movimento que tenha se projetado historicamente sem montar sua própria estrutura de poder político, organizando as estruturas de apoio, na pirâmide do Organismo Social, desde à base ao vértice.

— Assim ocorreu com os Romanos, com os Gregos, com a Alemanha Nazista ou a Itália de Mussolini, com a liberal-democracia na Europa e nos Estados Unidos, com o Salazarismo, o Franquismo, o Comunismo — observou o ex-governador de Pernambuco, para lembrar as raízes históricas da Revolução de 1964.

A Revolução, a seu ver, foi um Movimento Nacional cuja existência a história justificará, tal o enorme acervo de realização a seu crédito, segundo o sr. Paulo Guerra. O País não só foi retirado de um estado de anarquia que ameaçava nossas tradições culturais mais profundas, como retomou a caminhada em busca de seus altos destinos — acrescentou.

Entende, todavia, que a falta de uma armadura política torna esse mesmo sistema vulnerável às complexas pressões de um País que não se mede apenas pela extensão territorial

e por uma população que ultrapassou a casa dos 100 milhões de habitantes.

— Deve-se medir a extrema complexidade de nossa sociedade pelo arquipélago social em que se constitui e pelo milagre de sua unidade, um objetivo nacional permanente, que constitui obsessão dos brasileiros. Projetar essa rica gama de idéias e interesses no campo de uma estrutura política, constitui o maior desafio histórico da Revolução — declarou o senador por Pernambuco.

A Revolução revelou suas inclinações democráticas desde o primeiro momento — ela mesma feita para defender o patrimônio democrático da Nação, ameaçada pela ofensiva da anarquia e da subversão comunista, argumenta o Sr. Paulo Guerra. Mas a vida das instituições democráticas sofre da falta de uma definição que estimule sua existência.

— Não existe — disse — uma estrutura para dar suporte político à Revolução e aos seus Governos. Existe um artifício partidário, criado durante abalos próprios do sistema Revolucionário e padecendo do seu toque improvisador. É uma situação sem alicerce, sem embasamento, que reclama o trabalho paciente de pedreiros devotados.

MARGINALIZAÇÃO

O ex-Governador acha que não é justo marginalizar toda a classe política porque não há confiança em vários de seus integrantes. Recomendando, por isso, um trabalho de reorganização de Partidos, o qual permitirá a realização de um processo de triagem, de um expurgo natural, pelo qual seriam expelidos aqueles que não se identificam com os ideais e princípios da Revolução de 1964.

— Organize-se um novo Partido da Revolução, repila-se o que for impronunciável, comecemos um trabalho de purificação política do País — disse.

A marginalização não se justifica, mesmo sob o ponto de vista do interesse da Revolução. Lembrou, a propósito, que no Senado, por exemplo, se encontram, entre homens de grande valor e experiência, 16 ex-Governadores e nove ex-Ministros de Estado. Indagou se constitui um ato de lucidez dispensar o concurso desses brasileiros para o desenvolvimento do País.

Este quadro não pode se manter — afirma Paulo Guerra — invocando a vigência que tem o processo político brasileiro. A própria perspectiva de um agravamento progressivo da situação econômica, com os inevitáveis reflexos na ordem social, reclama providências para estruturar o País politicamente e prepará-lo para enfrentar as dificuldades que estão por vir.